



## **PROCEDIMENTO DE SELEÇÃO E RECRUTAMENTO PARA SUPRIMENTO DE NECESSIDADES DE CONTRATAÇÃO DE PESSOAL – DISCIPLINAS DA COMPONENTE DE FORMAÇÃO VOCACIONAL DO CURSO BÁSICO DE MÚSICA, NÃO ENQUADRADAS EM GRUPO DE RECRUTAMENTO.**

**(M/F)**

Dá-se conhecimento que, pelo prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir do dia 27 de junho de 2016 (inclusive), se encontra aberto o presente procedimento de seleção e recrutamento, para o ano escolar de 2016/2017, para portadores de habilitação adequada **para lecionação das disciplinas da componente de formação vocacional – Instrumento, do Curso Básico de Música, não enquadradas em grupo de recrutamento, nos CED D. Maria Pia e D. Nuno Álvares Pereira:**

- Disciplina de Instrumento – Violino
- Disciplina de Instrumento – Violoncelo
- Disciplina de Instrumento – Viola de Arco
- Disciplina de Instrumento – Piano

### **1 – Legislação aplicável e requisitos**

1.1 – Este procedimento rege-se pelo disposto no Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, na redação em vigor, e na Portaria n.º 225/2012, de 30 de julho, na redação da Declaração de Retificação n.º 55/2012, de 28 de setembro.

#### **1.2 – São requisitos de admissão:**

- a) Não estar inibido(a) do exercício das funções a que se candidata;
- b) Possuir a robustez física, o perfil psíquico e as características de personalidade indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória;
- c) Os(As) candidatos(as) deverão ser portadores(as) de formação superior em Instrumento de cordas – violino e/ou violoncelo e/ou viola de arco e/ou piano, ou de frequência de formação superior em Instrumento de cordas – violino e/ou violoncelo e/ou viola de arco e/ou piano.

### **2 – Prioridades na ordenação dos(as) candidatos(as)**

Os(As) candidatos(as) são ordenados(as) de acordo com as seguintes prioridades:



### *1.ª Prioridade*

Candidatos(as) que possuam, cumulativamente, formação superior em Instrumento de cordas – violino e/ou violoncelo e/ou viola de arco e/ou piano, ou frequência de formação superior em violino e/ou violoncelo e/ou viola de arco e/ou piano, e que celebraram contrato a termo resolutivo certo no ano escolar de 2015/2016 em horário anual, na leção de instrumento de cordas (violino, violoncelo, viola de arco ou piano), com instituição vocacionada para acolhimento, educação e ensino de crianças e jovens em perigo e de educação e formação de crianças e jovens surdos(as) e surdocegos(as);

### *2.ª Prioridade*

Candidatos(as) que possuam cumulativamente formação superior em Instrumento de cordas (violino e/ou violoncelo e/ou viola de arco e/ou piano) ou frequência de formação superior em Instrumento de cordas (violino e/ou violoncelo e/ou viola de arco e/ou piano), e experiência profissional de pelo menos 365 dias na leção de instrumento de cordas (violino e/ou violoncelo e/ou viola de arco e/ou piano);

### *3.ª Prioridade*

Candidatos(as) com formação superior em Instrumento de cordas (violino e/ou violoncelo e/ou viola de arco e/ou piano) ou frequência de formação superior em Instrumento de cordas (violino e/ou violoncelo e/ou viola de arco e/ou piano).

## 3 – Graduação dos(as) candidatos(as)

3.1 – Na graduação dos(as) candidatos(as) para o presente procedimento são considerados os seguintes critérios de seleção:

3.1.1 – Avaliação do portfólio com uma ponderação de 30%;

3.1.2 – Entrevista de avaliação de competências com uma ponderação de 35%;

3.1.3 – Número de anos de experiência profissional na área, com uma ponderação de 35%.

3.2. – **Na avaliação do portfólio**, será tomado em linha de conta o seguinte item:

3.2.1 – Habilitação na área da música, conforme o disposto na alínea c) do ponto 1.2.

3.2.1.1 – À habilitação é atribuída a seguinte ponderação:

a) Licenciatura ou grau académico superior = 14 valores

b) Bacharelato = 13 valores

c) Outras habilitações = 12 valores

3.2.2 – Organização, contextualização no tempo e coerência.



### **3.3. Entrevista de Avaliação de Competências**

A entrevista de avaliação de competências visa avaliar, de forma objetiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos(as) candidatos(as), incidindo sobre os seguintes fatores de apreciação, cotados numa escala de 0 a 20 valores:

- Motivação para o desempenho do cargo;
- Interesse e expectativa profissional;
- Segurança e clareza nos assuntos em debate;
- Conhecimentos profissionais revelados inerentes à função;
- Capacidade de argumentação.

### **3.4 – Número de anos de experiência profissional na área**

3.4.1 – À experiência profissional na área é atribuído 1 (um) valor, por cada ano comprovado de serviço.

3.4.2 – A 1400 (mil e quatrocentas) horas de experiência na área correspondem 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

3.5 – Os(As) candidatos(as) são ordenados(as), em cada uma das prioridades constantes do ponto 2, de acordo com os critérios dos pontos 3.1.1, 3.1.2 e 3.1.3.

3.6 – Os(As) candidatos(as) são convocados(as) para a entrevista de avaliação de competências por *e-mail* ou telefone.

3.7 – A graduação dos(as) candidatos(as) não implica para a Casa Pia de Lisboa, I.P. a obrigatoriedade de contratação dos(as) mesmos(as).

3.8 – Os(As) candidatos(as) graduados(as) que venham a ser chamados(as) para prestação de serviço, serão providos(as) de acordo com o interesse e necessidade da Instituição, nos termos da legislação em vigor, à data da contratação, com indicação das horas semanais de serviço e a remuneração correspondente.

3.9 - Em caso de igualdade de graduação dos(as) candidatos(as) a ordenação terá em consideração o(a) candidato(a) com maior idade.

4 – A candidatura ao procedimento de seleção e recrutamento é apresentada através de formulário em suporte de papel, disponível na Página Institucional da Casa Pia de Lisboa, I.P. na Internet, no endereço [www.casapia.pt](http://www.casapia.pt) acompanhado de fotocópia simples dos seguintes documentos:

- a) Documento de identificação válido;



- b) Documento comprovativo de formação superior em Instrumento de cordas, ou de frequência de formação superior em Instrumento de cordas, conforme o disposto na alínea c) do ponto 1.2;
  - c) Documento comprovativo de tempo de serviço/experiência profissional prestado, contado até 31 de agosto de 2015;
  - d) Documento comprovativo de celebração de contrato no ano escolar 2015/2016 em Instituição vocacionada para acolhimento, educação e ensino de crianças e jovens em perigo e de educação e formação de crianças e jovens surdos(as) e surdocegos(as);
  - e) Se portador(a) de deficiência deverá entregar documento comprovativo, onde conste o grau de incapacidade igual ou superior a 60% e o tipo de deficiência, prevista no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro.
- 5 – A candidatura pode ser entregue pessoalmente nos Serviços Centrais da Casa Pia de Lisboa, I.P., sitos na Av. do Restelo, n.º 1, 1449-008 Lisboa, das 10 às 17 horas, ou enviada através de correio registado, com aviso de receção, para a mesma morada, considerando-se tempestiva a candidatura que apresente data do registo postal até ao termo do prazo de 3 dias úteis a contar da data da publicitação do presente aviso, não sendo admitidas candidaturas enviadas por fax ou *e-mail*.
- 6 – Qualquer declaração apresentada pelos candidatos é feita sob compromisso de honra e a sua falsidade é punida nos termos da lei em vigor sobre a matéria.
- 7 – Os(As) candidatos(as) devem preencher o formulário de candidatura de acordo com as respetivas instruções, sem rasuras ou utilização de corretor, sob pena de exclusão.
- 8 – Os(As) candidatos(as) que preencham irregularmente o respetivo formulário de candidatura ou que não apresentem os necessários elementos de prova, figurarão nas listas provisórias de candidatos(as) excluídos.
- 9 – Terminada a verificação dos requisitos de admissão, serão elaboradas as listas provisórias de candidatos(as) admitidos(as) e as listas provisórias de candidatos(as) excluídos(as), as quais serão publicitadas na página institucional da Casa Pia de Lisboa, I.P. na Internet, no endereço, [www.casapia.pt](http://www.casapia.pt), constituindo este o meio oficial de comunicação aos(às) candidatos(as).



- 10 – Relativamente às listas a que se refere o número anterior, será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis, a contar do dia imediato ao da publicitação das listas, para o exercício do direito de reclamação dos interessados.
- 11 – A reclamação deve ser apresentada por escrito e dirigida ao júri do procedimento de seleção e recrutamento, através de formulário próprio, disponível na Página Institucional da Casa Pia de Lisboa na Internet, no endereço [www.casapia.pt](http://www.casapia.pt).
- 12 – Considera-se, para todos os efeitos, que a não apresentação de reclamação equivale à aceitação de todos os elementos constantes das listas provisórias.
- 13 – Os(As) candidatos(as) cujas reclamações forem indeferidas são notificados(as) desse indeferimento no prazo de 3 dias úteis a contar do termo do prazo para apresentação das reclamações.
- 14 – As reclamações dos(as) candidatos(as) que não forem notificados(as) nos termos do número anterior consideram-se deferidas.
- 15 – No mesmo prazo das reclamações e mediante requerimento escrito, os(as) candidatos(as) poderão desistir do procedimento de seleção e recrutamento.
- 16 – Findo o prazo referido no n.º 10 e apreciadas as alegações, nesse âmbito produzidas, as listas provisórias convertem-se em definitivas, com as alterações decorrentes das reclamações julgadas procedentes e das provenientes das desistências do procedimento de seleção e recrutamento.
- 17 – As listas definitivas de candidatos(as) admitidos(as) e as listas definitivas de candidatos(as) excluídos(as) são publicitadas na Página Institucional da Casa Pia de Lisboa na Internet, no endereço [www.casapia.pt](http://www.casapia.pt).
- 18 – Os(As) candidatos(as) admitidos(as) serão convocados(as) para a realização da entrevista de avaliação de competências, sendo para o efeito notificados(as) por comunicação enviada para o endereço de correio eletrónico indicado no formulário de candidatura, conforme previsto no n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril. A notificação indicará o dia, hora e local da realização da entrevista.
- 19 – Nos termos do n.º 13 do artigo 18.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, é excluído(a) do procedimento o(a) candidato(a) que tenha obtido uma valoração inferior a 9,5 valores num dos critérios de seleção.



- 20 – Terminada a aplicação dos critérios de seleção, serão elaboradas as listas provisórias ordenadas de candidatos(as) admitidos(as) e as listas provisórias de candidatos(as) excluídos(as), as quais serão publicitadas na Página Institucional da Casa Pia de Lisboa, I.P. na Internet, no endereço [www.casapia.pt](http://www.casapia.pt).
- 21 – Relativamente às listas a que se refere o número anterior, será concedido o prazo de 3 dias úteis, a contar do dia imediato ao da publicitação das listas, para o exercício do direito de reclamação dos(as) interessados(as).
- 22 – Findo o prazo referido no número anterior e realizados os procedimentos descritos nos n.ºs 11 a 14, as listas provisórias convertem-se em definitivas, com as alterações decorrentes das reclamações julgadas procedentes.
- 23 – As listas definitivas ordenadas de candidatos(as) admitidos(as) e as listas definitivas de candidatos(as) excluídos(as) são homologadas pelo Conselho Diretivo da Casa Pia de Lisboa, I.P.
- 24 – Após a homologação referida no número anterior as listas definitivas são publicitadas na Página Institucional da Casa Pia de Lisboa, na Internet, no endereço [www.casapia.pt](http://www.casapia.pt).
- 25 – O ato de homologação é suscetível de impugnação nos termos legais.
- 26 - De acordo com o Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, respeitar-se-á a quota de emprego a preencher por pessoas portadoras de deficiência, a qual será calculada por disciplina.
- 27 - Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.
- 28 - As candidaturas serão avaliadas por um júri com a seguinte constituição:

Presidente:

Carla Maria Carvalho Tomás Gil, técnica superior

Vogais efetivos(as):

Tiago André Barroso Silva Balsinha, docente, que substituirá a Presidente nas suas faltas e impedimentos

José António Magalhães Lage, docente



Vogais suplentes:

Luís Manuel Martins Raimundo, técnico superior

José Agostinho Correia da Silva, técnico superior

Lisboa, 24 de junho de 2016

A Diretora da Unidade de Recursos Humanos

*Carla Peixe*